

PARQUES URBANOS E PLANEJAMENTO: REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PESQUISAS EM SALVADOR - BA

URBAN PARKS AND PLANNING: SYSTEMATIC REVIEW OF RESEARCH IN SALVADOR - BA


PARQUES URBANOS Y PLANEAMIENTO: REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA INVESTIGACIÓN EN SALVADOR - BA

Rafaela Soares Teixeira¹

 0000-0002-1473-2873

rafaela.teixeira.urbanismo@gmail.com

Jamille da Silva Lima-Payayá²

 0000-0002-9590-3370

jaslima@uneb.br

1 Bacharel em Urbanismo, Mestra em Estudos Territoriais, Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1473-2873>. E-mail: rafaela.teixeira.urbanismo@gmail.com.

2 Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9590-3370>. E-mail: jaslima@uneb.br.

Artigo recebido em novembro de 2022 e aceito para publicação em maio de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: No contexto do *citymarketing* e do empresariamento urbano, os parques urbanos tornaram-se foco de disputas no processo de territorialização dos grupos sociais nas cidades. Esta pesquisa busca compreender o papel dos parques urbanos no planejamento urbano da cidade de Salvador - BA, por meio de uma revisão sistemática das pesquisas realizadas sobre os 17 parques urbanos reconhecidos pela Prefeitura Municipal. Foram pesquisadas duas bases de dados para compor o corpus do trabalho: o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico. A análise mostrou a necessidade e a pertinência de um planejamento multiescalar e multidimensional, que contribua para ações que viabilizem o caráter social dos parques urbanos como espaços públicos constituintes do tecido urbano da cidade.

Palavras-chave: Gentrificação verde. *City marketing*. Planejamento territorial. Espaço público. Urbanismo.

ABSTRACT: In the context of city marketing and urban entrepreneurship, urban parks have become the focus of disputes in the process of territorialization of social groups. This research seeks to understand the role of urban parks in urban planning in the city of Salvador (BA), through a systematic review of research conducted on the 17 urban parks recognized by the City Hall. Two databases were searched to compose the corpus of the work: the Catalog of Theses and Dissertations (CTD) of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) and Google Scholar Brazil. The analysis showed the need and relevance of a multi-scalar and multidimensional planning, which contributes to actions that enable the social character of urban parks as public spaces constituent of the urban framework of the city.

Keywords: Green gentrification. City marketing. Territorial planning. Public space. Urbanism.

RESUMEN: En el contexto del *citymarketing* y el emprendimiento urbano, los parques urbanos se han convertido en foco de disputas en el proceso de territorialización de los grupos sociales en las ciudades. Esta investigación busca comprender el papel de los parques urbanos en la planificación urbana de la ciudad de Salvador - BA, a través de una revisión sistemática de investigaciones realizadas sobre los 17 parques urbanos reconocidos por el Ayuntamiento. Se realizaron búsquedas en dos bases de datos para componer el corpus del trabajo: el Catálogo de Tesis y Disertaciones (CTD) de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) y Google Scholar. El análisis mostró la necesidad y pertinencia de una planificación multiescala y multidimensional, que contribuya a acciones que posibiliten el carácter social de los parques urbanos como espacios públicos que conforman el tejido urbano de la ciudad.

Palabras clave: Gentrificación verde. Comercialización de la ciudad. Planificación territorial. Lugar público. Urbanismo.

INTRODUÇÃO

No âmbito do planejamento urbano, as questões territoriais ligadas aos parques urbanos têm recebido bastante interesse ao longo do tempo. No caso brasileiro, tal interesse foi sistematizado a partir dos anos 1990, quando um determinado tipo de urbanização, orientado para valores ambientais e qualidade de vida, foi incorporado pelo mercado imobiliário e pelas agendas urbanísticas, estabelecendo uma nova orientação na urbanização das cidades (HOGAN, 1995; RAIMUNDO; SARTI, 2019). Um caso emblemático foi Curitiba, cuja experiência foi considerada modelo por muito tempo para as cidades em todo o mundo (CASTELNOU, 2006).

Os parques urbanos possuem um papel estratégico no planejamento e no desenvolvimento urbano das cidades, articulando, ao mesmo tempo, os processos de produção do espaço com a atuação de diferentes agentes, bem como às dimensões como lazer, cultura e turismo, o que alteraram, ao longo do tempo, seu papel nas discussões da própria urbanização e do planejamento territorial das cidades (SILVA; PASQUALETTO, 2013).

Este papel importante dos parques urbanos, no entanto, é objeto de disputas, constituindo-se como “álibi verde”, como argumenta Angelo Serpa (2005), que aponta para as contradições que estão envolvidas no processo de requalificação urbana, em especial nas últimas décadas de predomínio de um modelo de empresariamento urbano neoliberal. As diferentes dimensões que estão envolvidas nos parques urbanos são mobilizadas nestas disputas, tornando-os exemplos da segregação urbana, de processos de valorização ou de abandono e, em última análise, expressão dos modelos de planejamento urbano.

Isso porque os parques urbanos são resultados das práticas sociais, do histórico e dos processos de produção do espaço, em suas dimensões políticas, territoriais e culturais. Assim, as questões técnicas e econômicas que podem orientar a criação de tais parques, podem ser suplantadas por diferentes usos sociais que se dão no território, a partir de apropriações e reapropriações de determinados grupos sociais. Como parte do tecido socioespacial urbano, os parques também podem ser expressão de processos de exclusão e de segregação socioespacial, além de poder ser objeto de processos de forte identificação e, em alguns casos, fazer parte até do imaginário urbano. Pode-se citar a projeção de parques como o Ibirapuera ou o Central Park, que têm um forte significado não apenas para São Paulo e Nova Iorque, respectivamente, sendo reconhecidos no mundo todo.

Como reduto de espaços públicos nas cidades, os parques urbanos podem ser também locais de encontros de grupos sociais excluídos e marginalizados, onde podem praticar atividades religiosas e culturais que talvez seja difícil de serem realizadas em outros espaços da cidade. Estes usos populares do espaço público das cidades estão muito associados aos parques urbanos, constituindo-se em uma manifestação não apenas da cultura, mas da política de grupos sociais marginalizados (SERPA, 2007).

Os parques urbanos permitem usos e apropriações da cidade, sendo um dos palcos de disputa dos agentes produtores do espaço urbano. O papel do planejamento, neste sentido, seria o de mediar e regular estes usos, mobilizando os parques urbanos

de maneira a potencializar as diferentes demandas por desenvolvimento urbano. Isso implicaria considerar as múltiplas dimensões dos usos dos parques, desde sua função na expansão e na qualificação (ou requalificação) de áreas (novas ou antigas), passando pela multiplicidade de usos, seja os ligados a valores ambientais e de qualidade de vida (em sentido simbólico e representacional), seja aqueles de grupos sociais marginalizados que os utilizam para suas práticas cotidianas, rituais ou religiosas, os quais também podem estar associados aos valores mencionados.

O espaço urbano é múltiplo na sua organização. É equívoco afirmar que o urbano é produzido exclusivamente pelo poder público. As relações de poder na formação dos parques urbanos são estabelecidas através da institucionalização do planejamento; gestão; Planos Diretores e Leis urbanísticas determinadas pelo poder público, juntamente com interesses mercadológicos dos grandes empresários. As políticas públicas são estruturadas através de direcionamentos e incongruências das ideologias neoliberais presentes no planejamento urbano, impactando a distribuição espacial e a manutenção dos parques públicos, podendo fragilizar suas funções e usos enquanto espaços de lazer, áreas verdes e, principalmente, enquanto espaço de valor simbólico.

Há, portanto, um grande desafio ao planejamento urbano: como gerir os parques urbanos de maneira a que estes não sejam apropriados por um único interesse (econômico, por exemplo), mantendo-o aberto enquanto possibilidade de realização da diversidade de usos por diferentes agentes sociais?

Salvador, capital baiana, é um exemplo explícito desta problemática, tendo já recebido numerosas pesquisas que têm nos parques urbanos como foco de análise. Cidade com grande desigualdade social, atravessada pelas questões da racionalidade, da degradação ambiental e do empresariamento urbano, os numerosos parques urbanos da cidade permitem pensar o entrelaçamento destas diferentes problemáticas.

Tendo em vista a amplitude temática, metodológica e disciplinar dos trabalhos já realizados, esta pesquisa propôs-se realizar uma revisão sistemática desta produção. O objetivo foi o de sistematizar a produção acadêmica sobre os parques urbanos de Salvador para construir uma leitura de suas contribuições para o planejamento urbano e territorial, de um lado, e para identificar possíveis lacunas, o que contribuiria com uma agenda de pesquisa futura.

O *corpus* da pesquisa foi construído a partir de duas bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico. A primeira, por apresentar o conjunto da produção monográfica *stricto sensu* brasileira; a segunda, por ser um indexador bastante utilizado pela comunidade acadêmica brasileira e por reunir referências de diferentes fontes, mesmo algumas que estão fora do circuito de indexação internacional, o que acaba sendo bem significativo para a produção em ciências humanas e sociais aplicadas, foco da investigação.

Os trabalhos selecionados apresentaram grande variedade disciplinar, temática, metodológica e conceitual, sendo de programas de pós-graduação tão diversos, como Geografia; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Ambiental Urbana; Planejamento Ambiental; Desenvolvimento Regional Urbano; Educação e contemporaneidade;

Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social; Ciências Sociais; Estudos Étnicos e Africanos; Psicologia; Geologia; Ecologia e Biomonitoramento; Petróleo e Meio Ambiente; e Estudos Territoriais. Esta diversidade aponta para a riqueza e amplitude da produção, mas também para sua difusão e potencial dificuldade de comunicação.

Espera-se, assim, que esta pesquisa contribua para os estudos dos parques urbanos em Salvador e suas implicações para o planejamento urbano e territorial, de uma forma ampla e integrada entre as diferentes dimensões que estão implicadas no planejamento, gestão e sociabilidades destes espaços. Embora haja um conjunto já grande de pesquisas, nota-se muito campo para estudos, seja das diferentes dimensões envolvidas, seja de parques menos estudados que outros. Uma perspectiva integrada se faz necessária, o que um olhar territorial parece ser uma possibilidade a ser exercitada.

PARQUES URBANOS NO PLANEJAMENTO E A GENTRIFICAÇÃO VERDE: O CASO DE SALVADOR

Por sua importância e multiplicidade de usos, os parques urbanos tornaram-se um dos componentes estratégicos do planejamento e da estruturação das cidades. Neste sentido, os planos urbanísticos tendem a considerar os parques urbanos e as áreas verdes em seus aspectos estético-sanitários, distantes do caráter social a eles inerentes. As relações sociais e culturais, a natureza e a qualidade de vida são meios de valoração urbana. Ainda prevalece um tom higienista ligado à reconfiguração física destes espaços, voltado para seus equipamentos e uma espécie de “engenharia social” de seu uso e ocupação, buscando, com as alterações, direcionar seus públicos (HENRIQUE, 2011).

Segundo Henrique (2011), a gestão dos parques urbanos é marcada pelo protagonismo do poder público e a participação de empresas imobiliárias, que têm utilizado os parques como ferramentas de promoção dos Grandes Projetos Urbanos (GPU). Nas discussões sobre planejamento dos parques é recorrente o distanciamento da sociedade civil e das organizações sociais, o que facilita que esses espaços fiquem à mercê de privatizações e requalificações voltadas para a padronização de suas estruturas físicas: são quadras, bancos, lixeiras e banheiros parecidos com outros parques, o que ocasiona a descaracterização dos próprios espaços. Outro aspecto negativo que ocorre nos parques urbanos é o deterioramento das estruturas físicas quando não há aplicação de políticas públicas.

O estabelecimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), instrumento definido pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), apresentou avanço ao associar as políticas locais de desenvolvimento urbano com as de sustentabilidade ambiental. Neste sentido, o desenvolvimento das funções sociais da cidade se articula com a garantia do bem-estar de seus habitantes. Neste contexto, os parques urbanos recebem um potencial de articular políticas setoriais, comumente tratadas de forma dissociada, pois o PDDU se propõe pensar e projetar a cidade nas suas múltiplas dimensões e contextos: ambiental, social, político e econômico, de forma conectada à perspectiva do diagnóstico e dos prognósticos. A partir de questões-chave, “como somos?” e “quais

objetivos queremos alcançar?” o PDDU induz à realização de ações e integradas, sem dissociar aspectos técnicos, ambientais e sociais nas políticas urbanas.

Outro aspecto incluído no PDDU e que é significativo para os parques urbanos são os simbólicos, o lazer e os seus significados sociais e culturais. Eles trazem a questão das apropriações e dos usos de determinados grupos, seus sentidos históricos e identitários ligados àqueles espaços. Se é importante pensar o mobiliário urbano, a questão da acessibilidade e a integração e impactos do parque no tecido urbano, é igualmente importante compreender seu significado para a população, em geral, ou para determinados segmentos, em particular.

Uma perspectiva social dos parques urbanos está associada a uma leitura do espaço como relações sociais, como arena de disputa entre interesses e usos de diferentes tipos e atores. Em vista disso, Henrique (2009) argumenta que, do ponto de vista do planejamento, é essencial a definição de políticas integradas para os parques urbanos, que os compreendem em seus aspectos internos (sua organização física) e externos (sua integração e relação com o entorno e o tecido urbano).

Para que o planejamento elabore uma política de desenvolvimento urbano que contemple o desenvolvimento das funções sociais dos parques urbanos, Henrique (2009) defende que é necessário que esse seja dinâmico e considere os componentes do sistema urbano nos seus níveis de conexões e volatilidade. O planejamento dos parques urbanos deve conectar o contexto social, ambiental e urbanístico presentes na cidade.

Esta perspectiva do espaço urbano como espaço comum, de sociabilidade, está em constante disputa política e discursiva, no âmbito do planejamento, com a perspectiva capitalista do espaço, que transformou o espaço urbano em mercadoria.

A produção capitalista do espaço gera influências na escolha das áreas a serem aptas para requalificação. A ação de optar por determinadas áreas verdes gera o processo de gentrificação (processo de retirada de residentes e usuários de áreas degradadas urbanas para viabilizar sua requalificação destinada ao turismo ou a usos de classes de maior condição socioeconômica) do espaço urbano, mais especificamente gentrificação verde, o que conseqüentemente compromete a universalização da justiça espacial e ambiental. Segundo Gould e Lewis (2017), o termo gentrificação verde é uma variante da gentrificação urbana, cujo processo propulsor são projetos de recuperação das amenidades ambientais, que acabam por atrair residentes de classe econômica mais alta para as vizinhanças dessas áreas, o que conseqüentemente ocasiona a exclusão dos moradores menos favorecidos financeiramente que viviam no local antes dos projetos.

O mercado imobiliário se apropria da natureza na cidade orientada para produção capitalista do espaço: a natureza é incorporada na esfera do mundo capitalista, é configurada como objeto de desejo e transformada para o consumo. A gentrificação verde, como nos demais tipos de gentrificação, possui como resultado a substituição da população com menor renda para as de maiores renda. Henrique (2009) também faz referência ao termo gentrificação verde, mencionando que além de ocasionar valorização das áreas próximas aos parques e aumento do preço do solo urbano também gera mudanças no ritmo e na dinâmica urbana da área, dos hábitos, da rotina e das formas de uso do espaço, já que se altera o perfil (social, econômico) dos moradores.

A gentrificação verde proporciona uma relação entre sociedade com a natureza voltada para o objeto, o *marketing* e o consumo. Os chamados recursos naturais não atuam como bem comum, mas como mercadoria. A natureza é configurada com referências determinadas pelo capitalismo. Os aspectos socioculturais entre homem e natureza sofrem interferências, sendo ressignificados e recebendo novas atribuições, valores e crenças.

Henrique (2011) destaca que os processos de requalificação e gentrificação do espaço urbano ocasionam uma supervalorização mercantilizada da natureza: na cidade capitalista, a natureza se torna sinônimo de qualidade de vida, proporcionada pelo poder econômico. Tal valorização, nega aspectos simbólicos de identidade e sentimento de pertencimento.

Os parques urbanos, na lógica da gentrificação verde, se distanciam de sua função social, voltada para o encontro de diferentes grupos sociais, pois já não permitem a manifestação livre, lazer e convivência da pluralidade. Eles operam como mais um dispositivo de produção e manutenção de desigualdades.

Isso se mostra com força no caso de Salvador, onde foi disseminado o *city marketing*, por meio da criação e valorização de seus espaços públicos. Esta perspectiva consiste, como vimos, em transformar a cidade em mercadoria, tornando o planejamento uma antessala do mercado imobiliário, convertendo-se cidadãos em consumidores. O uso social do espaço é substituído pelo consumo, as áreas verdes são instrumentos para valorizar a imagem e a competitividade das cidades (IPEA, 2013).

Em Salvador, Henrique (2009) mostra que a lógica de distribuição dos parques públicos no contexto urbano, bem como sua conservação é marcada por desigualdades e segregações. A localização dos parques apresenta concentração em regiões mais valorizadas da cidade. Há uma clara distinção em termos de qualificação e manutenção dos parques, segundo sua localização no tecido urbano. Os investimentos são empregados de acordo com o poder de compra da população, sendo prioritárias as áreas valorizadas pelo mercado imobiliário em detrimento de áreas periféricas, como é o caso do Parque São Bartolomeu, localizado no Subúrbio Ferroviário, que incluiu um remanescente de Mata Atlântica, abrigando a nascente do rio do Cobre e constitui espaço sagrado para os praticantes do candomblé (SERPA, 2005). Sua importância potencial contrasta com a atenção recebida em termos de manutenção e investimento público.

Nos investimentos dos parques prevalece, conforme Serpa (2005), a lógica da visibilidade e da expectativa de retorno através da propaganda e do *marketing*, com parcerias público-privadas que contribuem com a reforma de alguns parques localizados em áreas centrais. Na cidade do *marketing* este tipo de parceria é frequente, como acontece com as bicicletas para aluguel disponíveis em diferentes pontos da cidade.

Serpa (2007) afirma que depois da segunda metade da década de 1990 foi empreendido em Salvador uma política sistemática de criação e reabilitação de parques e jardins públicos. Tais ações foram orientadas pela perspectiva neoliberal por meio da articulação de grandes empresários e políticos. Com o solo urbano sendo considerado fonte de renda, a lógica de investimentos nos parques segue a mesma lógica do mercado imobiliário, criando a clivagem entre parques com massivos investimentos, equipamentos e manutenção, e os parques sem interesse do ponto de vista do mercado.

Este tipo de investimento promove uma certa homogeneização/padronização dos espaços. Determinados parques são organizados, por exemplo, na perspectiva do consumo, como Serpa (2007) mostra no caso do Parque do Abaeté. Segundo o autor ele expressa a uniformização visual e funcional dos espaços públicos urbanos, onde os parques se assemelham cada vez mais a *shoppings*, com a valorização do consumo como atividade de lazer.

Há, portanto, uma delimitação de perfis de comportamento e de uso dos parques que passam a também ser orientados por lógicas de consumo do espaço urbano. Isso impacta a conformação física e as requalificações promovidas em termos de distribuição e tipos de mobiliários, arborização, monumentos, banheiros, quadras e pistas de *skate*, dentre outros componentes que visam ditar determinadas formas de usos dos parques. A influência da forma na percepção do espaço público urbano é tema recorrente desde os estudos pioneiros de Kevin Lynch (2003), no início dos anos 1960. No entanto, o que vemos nas últimas décadas é esta premissa da relação percepção-forma urbana ser orientada para o consumo do espaço, em um sentido mercadológico e segregacionista bastante evidenciado, distante do foco no usuário do espaço como um cidadão em busca de urbanidade.

O poder público diferencia onde será instalado, quantidade de investimento, *layout* do parque, qualidade dos equipamentos, renome do arquiteto e engenheiro responsáveis por elaborar o projeto, dentre outros aspectos. Estes são variáveis de acordo a localização da área em que o parque vai ser instalado. A orientação se dá em função das estratégias de valorização do solo urbano. As estratégias são influenciadas pelo “embelezamento urbano” em que o desenho urbano é definido pela estética, ações e interesses de caráter mercadológico. De acordo Serpa (2007), a localização dos parques em Salvador prioriza áreas com interesse turístico, próximas a equipamentos como o Aeroporto Internacional, o Centro de Convenções e os *shoppings*.

Segundo Serpa (2013), em Salvador os parques se mantêm nas Regiões administrativas com população de maior poder aquisitivo e escolaridade, a exemplo das Praças Marconi e Nossa Senhora da Luz, ambas localizadas no bairro da Pituba; a Praça do Iguatemi e o Parque da Cidade, ambos localizados no bairro do Itaigara.

Na cidade capitalista, como vimos, a produção do espaço urbano é associada com a comercialização da natureza. Por meio da especulação imobiliária é promovido estratégias de estímulo de vida em compatibilidade com a natureza, situação que contribui para uso desigual dos espaços na cidade. Henrique (2009) afirma que nas áreas em que não existe interesse do mercado imobiliário, a natureza é considerada problema e sofre ausência de direcionamentos de preservação/conservação por parte do poder público.

Henrique (2009) coloca ainda que o poder público atua em favorecimento dos especuladores imobiliários no processo de construção de estratégias para valorização e indução do uso da natureza em determinadas áreas, sendo a natureza vista como excepcional e item de valoração urbana. Já nas áreas sem especulação imobiliária, o poder público se manifesta através do descaso e do “esquecimento”.

Nas áreas priorizadas pelo setor imobiliário, Henrique (2009) mostra que há um grande incentivo à valorização econômica da natureza, pela incorporação de seus valores

estético, ecológicos ou simbólicos. Desde os anos 1990, no Brasil, tornou-se cada vez maior a capacidade de agregar valor aos produtos imobiliários pela proximidade com a natureza (que pode ser na forma de um pequeno bosque, um lago ou mesmo um certo afastamento do centro urbano), traduzida também em tranquilidade e em qualidade de vida. Para o autor, não é possível ser apegado simbolicamente a um espaço comprado e que não construído socialmente, diferentemente do que se verifica nos espaços como o Parque São Bartolomeu, em que a natureza não é conduzida ao consumo, mas às questões simbólicas e culturais.

Em Salvador, o espaço público sofre conflitos de interesses políticos, sociais e econômicos. O espaço deve ser coletivo, no entanto, os bens públicos exercem a ótica da compra e os espaços coletivos são usados, sentidos e vividos pelos cidadãos de forma diferenciada entre bairros populares e privilegiados economicamente. Na perspectiva de Serpa (2004, p. 29), o uso dos espaços públicos na capital baiana:

A privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo, sem distinção de classes, como nos mostram as chamadas “invasões de colarinho branco”, em Salvador. São condomínios que ocupam terrenos com playgrounds e áreas de lazer (de uso restrito aos moradores dos prédios), são escolas e faculdades particulares que levam seus muros alguns metros à frente para abrigar mais laboratórios e salas de aula de uso restrito aos estudantes daquelas instituições.

Na perspectiva ambiental, Serpa (2006) destaca que os parques constituem um sistema de espaços de preservação ambiental subdividido em dois subsistemas: o das áreas de conservação, cuja ênfase se deve ao seu valor ecológico ou à sua relevância para a qualidade urbano-ambiental, caracterizado pelos Parques de Natureza e pelos Parques Urbanos. No caso de Salvador, o Parque São Bartolomeu e o Abaeté representam os primeiros, enquanto o Zoobotânico, o da Cidade e o Pituaçu são exemplos dos segundos. Serpa (2006) mostra que há parques com valor urbano-ambiental, dentre os quais os Parques de Recreação Dique do Tororó, Jardim dos Namorados, Costa Azul e Aeroclube, além dos espaços abertos urbanizados (praças, mirantes, jardins públicos, áreas verdes integrantes de loteamentos, campos e quadras poliesportivas).

Por sua importância e multiplicidade de usos, os parques urbanos tornaram-se um dos componentes estratégicos do planejamento e estruturação das cidades.

METODOLOGIA

De acordo com De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011), a revisão sistemática é uma metodologia que objetiva identificar estudos sobre um tema, sistematizando seus resultados, permitindo avaliação da qualidade, validade dos estudos e sua aplicabilidade. Para isso, a delimitação de critérios explícitos para inclusão ou não de estudos na seleção é fundamental. Igualmente importante é a perspectiva panorâmica

e comparativa que a abrangência sistemática permite, oferecendo um quadro abrangente que propicia a avaliação crítica da bibliografia existente em determinado campo. Longe de ser uma mera relação cronológica ou uma exposição descritiva de uma temática, a revisão sistemática permite a construção de um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito dos materiais selecionados.

Para a elaboração da revisão sistemática, é necessário o registro dos procedimentos desenvolvidos em cada momento, com intuito de possibilitar que a revisão sistemática seja reproduzida e conferida por outros autores. Neste trabalho, realizamos uma análise qualitativa, adotando as seguintes etapas: delimitação da questão a ser pesquisada, escolha das fontes de dados, eleição das palavras-chave para busca, armazenamento dos resultados, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, seleção dos materiais de acordo com critérios de inclusão e exclusão definidos, extração, avaliação e interpretação dos dados, conforme descrevemos a seguir.

Para esta pesquisa, delimitou-se cinco etapas:

1. Escolha dos bancos de dados;
2. Escolha das palavras-chave e período da pesquisa;
3. Busca e armazenamento dos resultados;
4. Seleção dos materiais, de acordo com critérios de inclusão e exclusão, extração dos dados;
5. Avaliação e interpretação dos dados.

A escolha dos bancos de dados se deu a partir de dois critérios: busca por trabalhos monográficos (teses de doutorado e dissertações de mestrado), visando densidade e levantamento empírico de dados; busca por artigos, visando ampliar as repercussões dos trabalhos e outros resultados de pesquisas (ensaios, projetos de pesquisa ou consultorias). Para tanto, recorreu-se ao Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES e o Google Acadêmico. Estes desempenham importante papel como recursos informacionais para as instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atuando como mecanismos de apoio às políticas científicas nas atividades de ranqueamento de instituições, universidades e pesquisadores.

Para os trabalhos monográficos, a mais completa base do Brasil é CTD/CAPES, que reúne os trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação reconhecidos pela instituição, o que garante uma cobertura quase completa da produção brasileira. Quanto aos artigos, as duas maiores bases para artigos produzidos por pesquisadores brasileiros são o Scielo e o Google Acadêmico. No primeiro caso, trata-se de plataforma de periódicos, e uma busca prévia revelou que o número de artigos relacionados era muito pequeno. Em vista disso, optou-se por ficar apenas com o Google Acadêmico, que funciona como indexador vinculado aos sistemas de busca da plataforma Google, reunindo referências a trabalhos vinculados a temas, instituições e autores, sendo amplamente utilizado pela comunidade geográfica, em particular, e das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas em geral, no Brasil.

Uma vantagem das duas bases é sua interdisciplinaridade, o que permitiu que a pesquisa não se restringisse a um campo específico. Ambos os bancos de dados escolhidos para seleção das produções são consolidados no meio acadêmico, possuem produções de

diferentes instituições, o que proporciona maiores possibilidades no processo de busca das produções para a construção desta revisão sistemática e potencializa as interpretações dos dados, devido a oferta de trabalhos com diferentes abordagens, perspectivas e metodologias.

Para definir os critérios de inclusão, buscamos trabalhos dedicados à pesquisa/discussão de parques urbanos de Salvador. Quanto ao período, não houve definição específica, optando-se por reunir os trabalhos que as duas plataformas apresentaram a partir dos termos selecionados. A busca dos dados foi realizada com a inserção das palavras-chave e identificação das áreas de estudo. Não incluímos menções pontuais a parques em algum contexto de discussão, mesmo que estivesse em um quadro maior da urbanização ou do planejamento.

Utilizando este critério, delimitamos desta maneira as combinações para a busca sistemática: “parques urbanos de Salvador” *and* “planejamento urbano” ; “parques urbanos de Salvador” *and* “especulação imobiliária”; “parques urbanos de Salvador” *and* “funções dos espaços públicos”; “parques urbanos de Salvador” *and* “urbanismo e planos urbanísticos”; “parques urbanos de Salvador” *and* “política neoliberal”; “parques urbanos de Salvador” *and* “espetacularização da natureza”; “parques urbanos de Salvador” *and* “distribuição” *our* “manutenção”; “parques urbanos de Salvador” *and* “multiculturalidade”; “parques urbanos de Salvador” *and* “território” *our* “territorialidade”.

Para evitar que os termos introduzissem um viés da bibliografia, incluímos busca específica com os nomes dos parques de Salvador, de forma individual, o que resultou em algumas repetições devido à existência de pesquisas que abrangem mais de um parque. Para construir a lista dos parques, recorreu-se ao site da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM). Para a busca individual dos parques foi usado os seguintes termos indexadores: “Parque Atlântico” *and* “Salvador”; “Parque Costa Azul” *and* “Salvador”; “Parque da Cidade Joventino Silva” *and* “Salvador”; “Parque de Exposições” *and* “Salvador”; “Parque Ecológico Vale Encantado” *and* “Salvador”; “Parque Jardim Botânico Mata dos Oitis” *and* “Salvador”; “Parque Jardim dos Namorados” *and* “Salvador”; “Parque Lagoa da Paixão” *and* “Salvador”; “Parque de Pirajá” *and* “Salvador”; “Parque Metropolitano de Pituaçu” *and* “Salvador”; “Parque Pedra do Xango” *and* “Salvador”; “Parque São Bartolomeu” *and* “Salvador”; “Parque Socioambiental de Canabrava” *and* “Salvador”; “Parque Theodoro Sampaio” *and* “Salvador”; “Parque Urbano Dique do Tororó” *and* “Salvador”; “Parque Zoobotânico Getúlio Vargas” *and* “Salvador”.

Quanto ao armazenamento dos resultados, foi construído um banco de dados no formato de planilha, em *Excel*, para cada um dos bancos de dados separadamente. Para identificar e conhecer o perfil das produções acadêmicas selecionadas e organizar as informações referentes aos autores e aos conceitos trabalhados nas produções, a planilha foi organizada em três classificações: Características dos trabalhos, Dados dos autores e Elementos conceituais dos trabalhos.

A seleção foi realizada individualmente nos bancos de dados CTD/CAPES e do Google Acadêmico, realizando-se posteriormente a comparação das informações encontradas nestes, bem como as quantidades de trabalhos selecionada por cada base.

No CTD/CAPES, ao realizar a busca com as palavras-chave definidas para seleções, foram encontrados 2.230 trabalhos. A maior parte destes tratava sobre parque urbano ou espaço público em geral ou de outras cidades, que não Salvador. Após a leitura dos títulos, foram descartados 2.095 trabalhos que não atenderam aos objetivos propostos, restando, portanto, 135 estudos. Posteriormente à leitura dos resumos das 135 produções selecionadas, foram descartadas 116 produções, restando o total de 18 trabalhos, sendo 17 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

No banco de dados do Google Acadêmico, ao realizar a busca com as palavras-chave definidas, foram encontrados 1.620 trabalhos, a maior destes tratava de parques urbanos ou espaços públicos, mas não se referiam aos parques urbanos de Salvador. Após a leitura dos títulos, foram descartados 1.412 trabalhos, restando, portanto, 208 estudos. Posteriormente à leitura dos resumos das 208 produções selecionadas, foram descartadas 157 produções, resultando no total de 51 trabalhos selecionados do banco de dados do Google Acadêmico. Destes, 13 são dissertações de mestrado, 36 são artigos publicados em revistas e dois são teses de doutorado.

Apenas uma tese de doutorado foi localizada nas duas bases e apenas um artigo foi identificado como derivado de trabalho monográfico, mostrando baixa sobreposição entre os bancos de dados selecionados, o que reforça a pertinência de sua escolha. Assim, excluindo-se a duplicação da tese mencionada, o *corpus* analítico da dissertação totalizou 68 trabalhos, sendo 30 dissertações de mestrado, duas teses de doutorado e 36 artigos em periódicos (Figura 1).

Composto o *corpus* para a análise sistemática, deu-se início à sua avaliação e interpretação. Trabalhamos com a distribuição dos trabalhos segundo critérios espaciais, metodológicos e temáticos, considerando as metodologias, parques investigados, objetivos, áreas disciplinares e instituições, conforme desenvolvido no capítulo seguinte. Esta etapa é imprescindível por identificar temáticas que precisam ser explorados nos próximos trabalhos acadêmicos, além de gerar material sobre os aspectos de infraestrutura, ambiental e territorialidade dos Parques urbanos de Salvador, que pode ser utilizado como base para elaboração de políticas públicas.



Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Figura 1. Total das produções selecionadas no CTD/CAPES e no Google Acadêmico, por tipo de produção (2022).

ANÁLISE DO CORPUS DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS

Dos 17 parques que compõem o sistema de parques urbanos de Salvador, a pesquisa revela estudos diversos em todos eles. Há, entretanto, flagrante concentração em alguns destes, cujo olhar atento pode revelar formas como o direcionamento das pesquisas, de uma certa maneira, também reflete as desigualdades constituintes da produção do espaço urbano (Tabela 1).

Tabela 1. Produções por parque e tipo de trabalho.

| Parque Urbano | CTD/CAPES | | Google Acadêmico | | | Total |
|---|-------------|------|------------------|------|--------|----------------------|
| | Dissertação | Tese | Dissertação | Tese | Artigo | Produções por parque |
| Parque Metropolitano de Pituauçu | 4 | - | 2 | - | 20 | 26 |
| Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté | 5 | 1 | 4 | 2 | 6 | 18 |
| Parque Urbano Dique do Tororó | 4 | - | 1 | - | 5 | 10 |
| Parque São Bartolomeu | 4 | - | 3 | - | - | 7 |
| Parque da Cidade Joventino Silva | 4 | - | - | - | 2 | 6 |
| Parque Zoológico Getúlio Vargas | 1 | - | - | - | 4 | 5 |
| Parque Jardim dos Namorados | 1 | - | - | - | 2 | 3 |
| Parque Pirajá | 1 | - | 2 | - | - | 3 |
| Parque Costa Azul | 1 | - | - | - | 1 | 2 |
| Parque Ecológico do Vale Encantado | 1 | - | - | - | 1 | 2 |
| Parque Pedra do Xangô | 2 | - | - | - | - | 2 |
| Parque Theodoro Sampaio | 1 | - | - | - | 1 | 2 |
| Parque Atlântico | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Parque de exposições | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Parque Jardim Botânico Mata dos Oitis | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Parque Lagoa da Paixão | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Parque Socioambiental de Canabrava | 1 | - | - | - | - | 1 |

Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Chama atenção o Parque Metropolitano de Pituauçu, com o maior número de estudos, totalizando 26 produções, seguido do Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté, com 18 produções, e o Parque Urbano Dique do Tororó, com 10 produções. Estes três parques estão localizados em áreas de grande interesse imobiliário, em regiões que têm recebido investimentos e melhorias, bem como participado ativamente do circuito turístico que mercantiliza os espaços

da cidade. No caso dos dois primeiros, a expansão do litoral norte, em área de grande valorização ambiental. O terceiro caso refere-se a uma área central de grande interesse turístico de projeção nacional e até internacional, tanto que os trabalhos passam pela discussão da paisagem e da imagem da cidade, poluição sonora, aspectos ligados à cultura e à religião no contexto do turismo, no caso do Dique do Tororó, e pela gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, educação ambiental, valoração ambiental, biodiversidade e conservação, no caso do Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté e do Parque Metropolitano do Pituaçu. Em ambos os casos, a articulação entre qualidade ambiental e a valorização espacial é manifesta em pesquisas de áreas diversas, desde as de orientação técnica (avaliações de risco ou de níveis de contaminação do solo ou da água) com dimensões políticas e simbólicas dos usos dos espaços em uma perspectiva de economia verde (que busca aliar desenvolvimento econômico com melhoria de indicadores sociais e sustentabilidade ambiental).

Em uma faixa intermediária, temos com sete, seis e cinco estudos cada, respectivamente: Parque São Bartolomeu, Parque da Cidade Joventino Silva e o Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, sendo o primeiro o único localizado em área periférica da cidade. Assim, os temas que envolvem as pesquisas do primeiro diferem bastante daquelas que envolvem os demais, os quais estão mais próximas das temáticas tratadas nos estudos sobre o Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté e do Parque Metropolitano do Pituaçu, embora com uma ênfase maior na questão do lazer e da educação ambiental.

Mas é o Parque São Bartolomeu, com suas características particulares, que chama mais atenção. Os temas dos trabalhos que o tem como foco de estudo destoam dos demais, passando por cooperativismo popular, processos de socialização para o trabalho, saúde pública, habitação de interesse social e cultural.

Os demais parques receberam entre um e três estudos, variando sua localização ou, em alguns casos, pesando o fato de terem sido instituídos mais recentemente. Os temas são distintos, abrangendo o conjunto dos temas até aqui listados, mas sem permitir, por sua característica pontual, maiores associações.

A partir desta análise prévia, realizamos uma classificação temática mais específica, buscando articular aspectos metodológicos com os objetivos gerais dos trabalhos, tendo como diretriz as finalidades, em termos de desdobramentos dos resultados das pesquisas. Identificamos, assim, três grupos principais de trabalhos:

- a) Físicos: pesquisas voltadas para o mobiliário urbano e para a fauna ou flora, em termos de inventários ou problemáticas derivadas (aspectos urbanísticos, florísticos, químicos, biológicos, ecossistêmicos);
- b) Sociais: pesquisas dedicadas à discussão do uso do solo, da sociabilidade, da territorialidade, da cultura, da religiosidade, e de outros aspectos ligados à produção social do espaço;
- c) Planejamento: pesquisas que visam diretamente problematizar e contribuir para as políticas públicas urbanas e ambientais, envolvendo dimensões do abandono dos espaços.

O estabelecimento das categorias teve como objetivo contemplar os divergentes enfoques que são direcionados pelos pesquisadores nas produções acadêmicas sobre

parques urbanos de Salvador. A classificação dos trabalhos por campo e temática apresenta número maior do que a quantidade total de trabalhos selecionados para compor esta revisão sistemática, pois, alguns trabalhos abrangem mais de um aspecto. A Tabela 2 identifica os itens descritos.

A análise metodológica tem como objetivo sistematizar os caminhos em que os autores usaram como base para produzir suas produções acadêmicas, além de tomar nota de quais instrumentos foram indispensáveis para que estes atingissem seus objetivos.

Observamos que há uma certa prevalência de estudos aplicados, o que está de acordo com os temas principais e a origem dos estudos: 53 contra 19 pesquisas básicas. Esta prevalência indica o forte engajamento das pesquisas com problemas específicos do uso e gestão dos parques urbanos, enquanto as pesquisas básicas tomam os parques mais como exemplos de estudos maiores, como os ligados à conservação ambiental ou às populações florísticas e da própria fauna.

Este sentido aplicado também se mostra quando observamos a prevalência de pesquisas exploratórias e descritivas no objetivo das produções. As pesquisas exploratórias visam proporcionar maior familiaridade e interação com o problema, buscam reunir maior conhecimento sobre o fenômeno (GIL, 2010). As pesquisas descritivas, por sua vez, incluem as características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre as variáveis (LAKATOS; MARCONI, 2003). Já as pesquisas explicativas visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (FERNANDES; GOMES, 2003). A Tabela 3 caracteriza os trabalhos selecionados nos aspectos dos seus objetivos metodológicos.

Tabela 2. Análise por campo e temática das produções.

| Aspectos abordados | CTD/CAPES | | Google Acadêmico | | | Total |
|------------------------------|-------------|------|------------------|------|--------|------------------------|
| | Dissertação | Tese | Dissertação | Tese | Artigo | Produções por temática |
| Aspectos ambientais | 14 | 1 | 9 | 3 | 26 | 53 |
| Aspectos de uso do solo | 7 | - | 5 | - | 11 | 23 |
| Abandono público | 5 | - | 7 | - | 6 | 18 |
| Aspectos de territorialidade | 3 | - | 5 | 1 | 3 | 12 |
| Especulação imobiliária | 4 | - | 3 | - | 2 | 9 |
| Aspectos religiosos | 3 | - | - | - | - | 3 |

Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Tabela 3. Objetivos metodológicos dos trabalhos selecionados.

| Objetivos | CTD/CAPES | | Google Acadêmico | | | Total |
|--------------|-------------|------|------------------|------|--------|------------------------|
| | Dissertação | Tese | Dissertação | Tese | Artigo | Produções por objetivo |
| Exploratório | 15 | 1 | 4 | 1 | 23 | 44 |
| Descritivo | 10 | - | 7 | 1 | 17 | 35 |
| Explicativo | 2 | - | 1 | - | 3 | 6 |

Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Em relação aos objetivos, houve concentração de pesquisas exploratórias, totalizando 44 produções, com farta utilização de pesquisas amostrais em especial ligadas à flora, à fauna, à hidrografia e à mineralogia. É interessante notar que os trabalhos explicativos, ou seja, que estão associados a perspectivas teórico-metodológicas estruturais, têm pouca presença no *corpus*, indicando uma ausência de discussões de fundo que ultrapassem o caráter exploratório e descritivo de pesquisas baseadas em levantamentos primários (Tabela 4).

Tabela 4. Abordagens dos trabalhos selecionados.

| Abordagem | CTD/CAPES | | Google Acadêmico | | | Total |
|--------------|-------------|------|------------------|------|--------|--------------------------|
| | Dissertação | Tese | Dissertação | Tese | Artigo | Produções por abordagens |
| Qualitativa | 15 | 1 | 8 | 2 | 34 | 60 |
| Quantitativa | - | - | - | - | - | - |
| Mista | 2 | - | - | - | 6 | 8 |

Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Em relação aos procedimentos técnicos, de acordo com Gil (2010), estes podem ser classificados como: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Pesquisa Experimental, Pesquisa Ex-Post Facto, Estudo de Coorte, Levantamento, Estudo de Campo, Estudo de Caso, Pesquisa Ação e Pesquisa Participante. Dos trabalhos selecionados os procedimentos técnicos mais utilizados pelos pesquisadores foram pesquisa bibliográfica, seguido da pesquisa documental e da pesquisa exploratória. A Tabela 5 apresenta as produções selecionadas conforme os procedimentos técnicos usados pelos autores.

Tabela 5. Procedimentos técnicos.

| Procedimentos técnicos | CTD/CAPEs | | Google Acadêmico | | | Total |
|------------------------|-------------|------|------------------|------|--------|--------------------------------------|
| | Dissertação | Tese | Dissertação | Tese | Artigo | Produções por procedimentos técnicos |
| Pesquisa bibliográfica | 14 | 1 | 5 | 1 | 10 | 31 |
| Pesquisa documental | 11 | - | 5 | 2 | 10 | 28 |
| Pesquisa experimental | 3 | 1 | 3 | 1 | 14 | 22 |
| Estudo de campo | 1 | - | - | - | 2 | 3 |
| Pesquisa ação | - | - | 1 | - | 2 | 3 |
| Estudo de caso | 1 | - | 1 | - | - | 2 |
| Pesquisa participante | - | - | - | 1 | 1 | 2 |

Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Quando analisamos as produções por áreas de conhecimento dos trabalhos selecionados, apareceram produções nas três grandes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências Biológicas. A área de concentração com maior índice de trabalhos foi a de Ciências Humanas com o total de 50 trabalhos (incluindo-se nela as Ciências Sociais Aplicadas, bastante importantes no contexto), das quais 25 são dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e 24 artigos. Em termos totais, as Ciências Biológicas apresentam 12 produções enquanto as Ciências Exatas apenas três.

Há, de fato, uma grande concentração nas Ciências Humanas mas, de maneira mais específica, nas Ciências Sociais Aplicadas. Podemos subdividir estas grandes áreas e campos, a partir das palavras-chave e da temática (não se orientando pelas áreas de concentração temáticas dos programas de pós-graduação), o que resulta na Tabela 6.

Tabela 6. Produções por área do conhecimento.

| Área do conhecimento | CTD/CAPEs | | Google Acadêmico | | | Total |
|-------------------------|-------------|------|------------------|------|--------|------------------------------------|
| | Dissertação | Tese | Dissertação | Tese | Artigo | Produções por área de conhecimento |
| Planejamento | 3 | - | 8 | - | 15 | 26 |
| Ecologia | 3 | 1 | 2 | 1 | 9 | 16 |
| Educação | 4 | - | 1 | - | 9 | 14 |
| Cultura | 3 | - | - | 1 | - | 4 |
| Ciências | - | - | - | - | 3 | 3 |
| Arquitetura e urbanismo | 1 | - | 1 | - | - | 2 |
| Lazer e turismo | 2 | - | - | - | - | 2 |
| Engenharia ambiental | 1 | - | 1 | - | - | 1 |

Fonte: Elaborado por TEIXEIRA, R.S. (2022).

Nesta forma de sistematização, procuramos reunir áreas próximas, tendo os objetivos metodológicos como orientadores, ou seja, priorizando os campos de aplicação da pesquisa. Temos assim o que chamamos de Planejamento (reunindo Planejamento Urbano, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Estudos Territoriais, Planejamento paisagístico e ambiental, Processos Urbanos e regionais, Desenvolvimento regional, Urbanismo, Habitação e direito a cidade, Direito urbanístico, cidade e alteridade) como o principal eixo temático, com um total de 26 produções.

O segundo é Ecologia, com 16 produções, reunindo temáticas ligadas à Biologia, Ecologia, Ciências biológicas, Biociências, Geociências, Ciências Biológicas e Saúde, Ecoturismo e conservação. Em seguida temos o eixo Educação, com 15 produções, ligadas à Educação e contemporaneidade, Ciências Humanas e educação, Educação ambiental e Práticas educativas ambientais.

Importante notar que o somatório das áreas ligadas diretamente ao Urbanismo e à Geografia totalizam 40 trabalhos, de um total de 68 trabalhos selecionados, o que representa mais de 50% das produções selecionadas.

Dos 68 trabalhos selecionados no CTD/CAPES e Google Acadêmico, o tipo de produção mais encontrada foi os artigos, totalizando 36 produções, uma representatividade de 52% das produções. Estes artigos abrangem as áreas do Planejamento, Geografia, Biologia, Arquitetura e Engenharia Ambiental.

No que tange ao planejamento, abordam o Planejamento Urbano, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Estudos Territoriais, Planejamento paisagístico e ambiental, Processos Urbanos e regionais, Desenvolvimento regional, Urbanismo, Habitação e direito a cidade, Direito urbanístico, cidade e alteridade. Os trabalhos dessa área tiveram como enfoque os conceitos de planejamento e gestão urbana, abordavam ações políticas para construção de planos, projetos e metas de desenvolvimento para os parques.

Já no que se refere às áreas geográficas, abordam temas relacionados à Geografia e ensino, Ciências Humanas e Educação, Educação Ambiental, Geografia e Análise do Espaço Geográfico.

Nas áreas biológicas obtiveram relevância assuntos referente a fauna, flora, qualidade da água, animais em extinção e poluição sonora. Os trabalhos das áreas biológicas abordam temas relacionados à Ecologia, Biociências, Geociências, Ciências Biológicas e Saúde, Ecoturismo e conservação.

A área da Arquitetura abrangeu temas como Conservação e Restauro, Projeto de Arquitetura, urbanismo e paisagem, Cidade e Projeto, Arborização urbana, Projeto, gestão e desempenho da Arquitetura e do Urbanismo; na área da Engenharia Ambiental foram levantados assuntos referentes à Engenharia Urbana, Meio Ambiente e Gestão e Paisagem e Meio Ambiente juntamente com as áreas da Química, Geologia, Geologia Ambiental, Hidrogeologia e Recursos, Geoquímica, Petróleo e Meio Ambiente.

PARQUES URBANOS NA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Uma das questões que ficaram patentes em uma perspectiva panorâmica, é como as abordagens dos parques (ligados diretamente à questão ambiental dos centros urbanos, diferente das praças, que possuem um papel e estrutura propriamente urbanística), mesmo quando direcionadas a aspectos pontuais de seu mobiliário ou aspectos físicos, não se restringiam a corpos disciplinares específicos. A multidisciplinaridade e, em alguns casos, a interdisciplinaridade se mostra inerente ao tratamento dos parques urbanos, o que faz sentido no âmbito de um planejamento territorial que é, por definição, integrado, multidimensional e multiescalar.

A discussão das escalas no âmbito das interações entre dimensões sociais e ambientais faz parte dos desafios de lidar com as mudanças ambientais e com o próprio planejamento (MARANDOLA JR., 2013). Embora os trabalhos não tematizem esta questão escalar com frequência, os temas de pesquisa acabam orientando, forçosamente, para tais direcionamentos. As próprias legislações, oriundas de esferas e escalas distintas, contribuem para tal articulação, como o Código Florestal Brasileiro, a Lei da Mata Atlântica, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e os planos urbanos como o PDDU. Lidar com os parques urbanos é lidar com escalas distintas de gestão territorial, o que demanda, aos estudos, lidar com estas interações complexas.

Da mesma forma, o próprio planejamento acaba sendo encarado nesta perspectiva. Raros trabalhos estiveram focados em apenas uma dimensão ou metodologia. O mesmo se refere às abordagens, são múltiplas, tendendo a perspectivas mistas ou de viés qualitativo, no sentido de mobilizarem dados e informações em sistemas interpretativos dos contextos sociais, geográficos e ambientais envolvidos.

No grande conjunto de produções dedicadas ao planejamento, o papel e importância dos parques na malha urbana, como componentes de qualidade ambiental (em seu sentido amplo) estiveram no centro, com destaque para seu potencial de instrumento de planejamento urbano que deve ser orientado para influenciar a economia, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionar saúde e embelezamento para o ambiente urbano.

Já os trabalhos orientados por perspectivas urbanísticas abordam a necessidade de ações na forma de políticas públicas para proteção das áreas verdes dos parques urbanos, destacando a centralidade do planejamento para potencializar os parques urbanos como espaços de vitalidade, capazes de transmitir segurança, propiciar conforto e acessibilidade a todos os tipos de usuários, sejam crianças, idosos ou pessoas com necessidades especiais permanente ou temporária. Outros elementos de destaque referem-se ao mobiliário e ao conforto ambiental, como temperatura, ventilação e luminosidade. As produções das áreas da arquitetura abrangem os parques urbanos na perspectiva de espaços que precisam possuir equipamentos de esporte e lazer, como quadras poliesportivas, *playgrounds*, campos de futebol, mesas para jogos, palcos para *shows*; abrangem os parques também do ponto de vista dos mobiliários urbanos como banheiros espelhados, mesas, bancos, protetores de árvores e postes de iluminação. Focam no aspecto de elementos construtivos como pisos e sua qualidade, estética, durabilidade, permeabilidade e facilidade de manutenção.

Estes estudos estão comumente ligados às discussões da área do lazer, da comunicação e da cultura que, embora tenham apresentado poucas produções selecionadas, reforçam estes componentes, associando-os a questões étnicas e religiosas que abrangem os movimentos sociais e o uso das áreas verdes dos parques urbanos, como contemplação e manifestação religiosa, destacando-se a dimensão simbólica dos parques urbanos.

As produções da área geográfica estabelecem uma crítica ao planejamento estratégico posto em prática na cidade de Salvador, que coloca os parques públicos no âmbito do *city marketing* – ligado ao empresariamento da própria cidade, como produto – e da gentrificação verde, como dispositivos de promoção de uma imagem positiva da cidade, através da revalorização de seus espaços públicos. Apontam ainda os riscos relacionados aos consórcios ou às empresas mistas contratadas para executar ações de desenvolvimento urbano, como a requalificação e a adoção de espaços públicos por empresas privadas que adotam a lógica da visibilidade, da propaganda e do *marketing*.

Reconhece-se também o potencial dos parques urbanos como espaços públicos capazes de promover saúde e sociabilidade para a população, seja em termos ambientais, seja em termos culturais e políticos. Estas produções evidenciam as estratégias diferenciadas do poder público no que tange aos investimentos e às requalificações, discutindo as funções e a distribuição destes espaços na cidade, ressaltando a ausência de estratégias para sua apropriação mais diversificada por diferentes segmentos da população. Salvador conduz uma política de requalificação urbana seletiva e segregacionista, o que ressalta a fragilidade das estratégias de apropriação e sociabilização adotada pelo poder público.

As produções ligadas aos aspectos biofísicos (como os geográficos, geológicos da fauna e da flora), consideram os parques públicos enquanto áreas verdes e espaços de vegetação para qualidade de vida (humana e não-humana). As áreas verdes presentes nos parques urbanos aparecem como elemento urbano de defesa do meio ambiente, pela sua degradação e fragilidade nas políticas de conservação e preservação do meio ambiente destes espaços. Nestes trabalhos é questionado a relação desigual entre questões socioambientais e econômicas existentes no planejamento dos parques urbanos de Salvador, nos quais a construção, requalificação e reabilitação desses espaços ficam restritas a bairros localizados em áreas com maiores interesse turístico e econômico.

A revisão sistemática trouxe, portanto, com bastante força o papel dos parques urbanos na construção de relações entre indivíduos e grupos com o meio físico e ambiental, com um importante componente político, cultural e de saúde em seu sentido amplo. Nos parques, os indivíduos interagem e se integram a grupos para diferentes atividades, de trabalho, de comércio, de lazer e de construção de laços identitários, como os religiosos.

Esta pesquisa, no entanto, foi desenvolvida durante todo o período da pandemia da COVID-19, momento em que populações ao redor do mundo foram privadas justamente deste convívio no espaço público. Neste sentido, reforçou-se dois aspectos que estiveram presentes nos estudos: o papel do Estado no controle social das práticas e possibilidades de usos nos parques, e sua importância política, o que se expressa em diferentes territorialidades e suas múltiplas dimensões.

Segundo Gottmann (2012), o território e o espaço não são termos equivalentes, pois o espaço é anterior ao território, sendo este formado a partir do espaço. O território é, neste sentido, construção social. O território é o espaço onde se realizou o trabalho. Nele está a energia e a informação que são reveladas a partir das relações marcadas pelo poder.

Pensar os parques urbanos na perspectiva do planejamento territorial requer a necessidade da ênfase da multidimensionalidade e de conceber os parques nesta perspectiva, porque não envolve apenas a dimensão produtiva ou econômica, mas também política, social, ambiental, cultural, educacional, sejam estas materiais ou imateriais. É necessário a concepção do parque urbano na dialética espaço-poder.

Os parques urbanos estão vinculados à análise e ordenamento do território. Seus elementos (recursos naturais, infraestrutura, religiosidade, multiculturalidade) são vistos como condicionantes às estratégias de desenvolvimento necessários para seu planejamento, que precisa ser orientado de acordo as características destes e projetado a longo prazo. A implementação de planos, ações, políticas que visem o desenvolvimento dos parques contribui para sua valorização ambiental e social.

No retorno às atividades ao ar livre ao longo de 2022, aconteceu a reocupação dos espaços públicos. Muitos parques urbanos tiveram suas atividades interrompidas durante o período de pandemia, pelas restrições sanitárias, o que ocasionou, em alguns casos, agravamento da situação de abandono. O retorno, portanto, trouxe conflitos acirrados pelas condições de uso ou de manutenção (ou sua ausência dos parques, como vemos no Parque Metropolitano de Pituvaçu, onde os ciclistas citaram que o esgoto se espalhou na trilha, o que conseqüentemente atrapalhou a prática do esporte, segundo um ciclista “chega ser revoltante” (CICLISTAS, 2022). Além do problema de esgotamento, o parque apresenta também vários outros problemas estruturais:

O Parque de Pituvaçu coleciona uma série de polêmicas, como esculturas de Mário Cravo enferrujadas, ciclovias esburacadas, e falta de segurança e de infraestrutura. O parque também chegou a ficar fechado por um ano e oito meses, o que suscitou diversos protestos dos ciclistas e da comunidade local, e reabriu somente em outubro de 2021 (ANDRÉ, 2022).

O Parque Metropolitano de Pituvaçu é um espaço usado para o esporte do ciclismo. Ele ficou fechado durante a pandemia, provocando conseqüências negativas para seus usuários, pois, por ser uma prática esportiva ao ar livre, poderia ser realizada no momento de pandemia e representar um momento de lazer e saúde física e mental para seus usuários.

De acordo Haesbeart (2007), os territórios são orientados pelos contextos: social, político e econômico. Esse tripé é concebido por meio das relações de poder. O planejamento e a elaboração de planos e projetos dos parques urbanos são definidos por agentes políticos (governadores, prefeitos, vereadores e secretários) crescentemente orientados por fatores financeiros e econômicos. Constantemente, revitalizações e reformas são definidas e limitadas pelas parcerias público-privadas. As ações políticas são concebidas através

da apropriação e do controle. Os resultados destas ações impactam diretamente no uso social dos parques urbanos. O planejamento desses espaços é definido pela ordem dos dominadores (políticos) e dos dominados (sociedade). A forma que o poder e a política (sobretudo em seu sentido mais estrito e partidário) organizam o planejamento e a gestão dos parques pode resultar em vulnerabilidades socioambientais e enfraquecimento das identidades e representatividade dos indivíduos com os parques.

A forma como a política é realizada implica nos tipos de usos e nas funções que serão expressas nos parques urbanos. O Parque Metropolitano de Pituauçu, que é usado para o esporte do ciclismo, ao enfrentar problemas estruturais com esgotamento, impacta diretamente no uso do esporte. Durante o período que ficou fechado, além dos ciclistas, toda a comunidade local também ficou prejudicada.

Tem mais de um ano que o parque está fechado para todos. Não só os ciclistas e os comerciantes, mas todos estão prejudicados. Principalmente a comunidade local, que sobrevive do parque. Tem muita gente passando necessidade (CICLISTAS, 2022).

O Parque Pedra do Xangô é um dos principais locais de fé do povo de santo baiano, contendo ali um importante monumento de sua fé: um rochedo que tem 8m de altura e 30 m de perímetro, considerado um patrimônio geológico reverenciado pelas nações de Ketu, Angola e Jeje, além de outros segmentos do candomblé. Em relação à reforma neste parque, a pesquisadora da Pedra do Xangô, Maria Alice comentou:

As religiões de matriz africana nunca tiveram tanto respeito nessa cidade como têm agora e esse parque é o símbolo maior disso. Ele vem coroar tudo o que fizemos nos últimos anos, como o reconhecimento dos terreiros como templos religiosos, as isenções fiscais, os cadastramentos, tombamentos e parcerias para preservação da história (PARQUE, 2022).

Segundo Santos (2022), a Área de Proteção Ambiental (APA) onde fica o monumento é área de remanescentes de quilombos, mas também antigo aldeamento dos indígenas Tupinambá. Com o tempo, o rochedo passou a ser considerado sagrado para as religiões de matriz africana, com referência a Xangô, orixá da justiça. Em 2005, a mata que ficava no entorno da pedra foi derrubada e o rochedo seria implodido para dar passagem a avenida Assis Valente. Houve protesto e, em 2016, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (SALVADOR, 2016) garantiu a criação do parque com a finalidade de preservar o espaço.

Durante a inauguração do Parque Pedra do Xangô houve participação de comunidades religiosas, contribuindo para o reconhecimento dos templos religiosos, há o reforço da identidade religiosa e a viabilização da apropriação simbólica do parque como território.

Já o Parque da Cidade Joventino Silva, localizado entre os bairros de Itaigara, Santa Cruz e Nordeste da Amaralina, é apontado por seus frequentadores como apresentando

cuidados desiguais em sua infraestrutura. O parque possui entradas de acesso diferentes: o acesso pelo bairro do Itaigara possui um painel com o nome do parque rodeado por flores, portões conservados, mosaicos na calçada e um estacionamento ao lado, com parquinho, bancos na praça e uma variedade de produtos oferecidos pelos vendedores locais cadastrados. Já no acesso pelo bairro da Santa Cruz, o portão não está conservado e não há estacionamento, bancos, bebedouros ou banheiros por perto da entrada. A Figura 2 ilustra a diferença dos acessos dos bairros.

Sobre a diferença a infraestrutura do parque, uma das usuárias do espaço comenta: “Quando chove fica tudo alagado e não tem um local para passar chuva. Além disso, sinto que poderia aumentar o número de bancos na praça” (ROCHA, 2022). De acordo a Rocha (2022), com a reforma do Parque da Cidade Joventino Silva, houve mudanças de uso e aplicação de novas regras, a exemplo da proibição de colher folhas e frutos das áreas. Houve também a proibição de práticas religiosas, o filho de Santo do Ilê Asé Ibá de Óya menciona:

Com as novas normas não é mais permitida algumas práticas religiosas no parque, sobretudo das religiões de matriz africanas, como a realização de oferendas, visitas a lagoa, retirada das folhas e areia para eventos. Costumava levar muitas oferendas para o parque, tirava folhas, insabas para as oferendas e, hoje, até pegar uma pedra é motivo de problema. Não podemos colocar presente na lagoa e nem na mata. Está muito difícil cultivar o nosso sagrado (ROCHA, 2022).

Uma prática política que propõe diretrizes e ações para proibição da religião dos indivíduos após a reforma de um espaço urbano, demonstra a aplicação de uma política desigual que busca homogeneizar o espaço social dos parques urbanos, por meio da imposição de uma única territorialidade. Potencializar os múltiplos usos de grupos sociais diversos precisa ser uma diretriz de um planejamento territorial dos parques urbanos que os considerem em seu sentido social comum. Ao proibir as práticas religiosas ou outras manifestações identitárias, o poder público está agindo na direção de uma normatização segregacionista de gestão do espaço urbano.



Fonte: Rocha (2021).

Figura 2. Entrada do Parque da Cidade nos bairros Itaigara (à esquerda) e Santa Cruz (à direita).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques em Salvador apresentam predominância da requalificação urbana seletiva e segregacionista, o que contribui para potencializar as desigualdades sociais presentes na metrópole baiana, já que parcela da sociedade possui acesso a áreas verdes e de lazer, bem como outras possibilidades de sociabilidade associadas aos espaços dos parques urbanos. A definição da instalação e manutenção destes equipamentos, em alguns casos, são delimitados por estratégias dos agentes hegemônicos de produção do espaço, donos de empreendimentos de grande porte, condomínios luxuosos, proprietários de hotéis e pousadas que agem por meio de articulações com políticos.

Em Salvador é evidente esta distribuição seletiva em determinadas áreas e públicos, impactando não apenas a acessibilidade a tais equipamentos, mas também sua qualidade material, manifesta nos investimentos. Processos de requalificação urbana estão associados, nestes casos, a áreas de forte especulação imobiliária e investimentos orientados ao *city marketing*, gerando processos de gentrificação verde, que reforçam a segregação urbana, como vimos em diferentes exemplos e contextos.

Por outro lado, os parques urbanos são espaços capazes de contribuir para a uma qualificação ambiental e social que apresenta potencialidades diversas, seja em termos da qualidade de vida, seja na ampliação dos usos sociais da cidade. Isso se dá pelo caráter de abertura que tais espaços apresentam, podendo abrigar diferentes manifestações culturais, ou por apresentar possibilidade de realização de atividades físicas, de lazer e de encontros com a diferença.

A revisão das produções sobre os parques urbanos de Salvador nos mostrou, portanto, que estes são espaços em disputa, podendo expressar a atuação e os interesses de uma visão empresarial do espaço urbano, de um lado, e oportunidades de realização de processos de apropriação social do espaço público, de outro.

Cabe perguntar de que forma o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, de maneira específica, e o planejamento urbano de Salvador, de forma mais ampla, consideram a importância histórica dos parques públicos como bem simbólico, fonte de conhecimento e de identidade cultural? Em que medida a sua multidimensionalidade e aspectos simbólicos e políticos são considerados?

É fundamental a gestão dos parques com foco na preservação ambiental e religiosidade, de forma que reverencie a história e a religiosidade local. O Movimento do Povo de Santo contribuiu para que o PDDU contemplasse a criação do Parque Pedra de Xangô, a área de proteção ambiental municipal Vale do Assis Valente e o Parque em Rede Pedra de Xangô, permitindo aliar preservação ambiental com um uso democrático do espaço público – na contramão da gentrificação verde.

Ao estabelecer instrumentos de planejamento como o Plano Diretor a Gestão municipal deve estabelecer metas e prazos para seu cumprimento, definição de prioridades, estabelecimento claro das diretrizes urbanísticas. Ao elaborar suas estratégias de planejamento a gestão municipal precisa ser apta a propor ações para a diversidade da qual a cidade é composta: religiões, modos de vida e necessidades são divergentes entre os cidadãos. É necessário fortalecer os instrumentos que promovem a democratização do

espaço urbano, enfrentando os processos de empresariamento urbano que aprofundam as já marcantes desigualdades sociais.

Quando consideramos os parques urbanos em termos do planejamento territorial, não apenas a multidimensionalidade (na articulação dos numerosos estudos aqui sistematizados), como também as articulações escalares e o papel dos parques urbanos no tecido urbano ganham destaque, mostrando a importância de tal perspectiva abrangente e, ao mesmo tempo, integradora, para o tema, nos levando a considerá-los não apenas como recursos naturais e socioculturais, mas como bens comuns que devem ser pensados como espaços públicos e não como mercadorias. Além da qualificação urbana e ambiental, os parques possibilitam o compartilhamento e apropriações simbólicas específicas, fundamentais para construções identitárias e manifestações políticas.

Os parques urbanos devem ser compreendidos, neste sentido, pela ótica do resgate do sentido democrático da cidade contemporânea, como espaços de indeterminação, ou seja, que abrem possibilidades para além das normatizações previstas pelo planejamento (DE PAULA, 2016). Neste sentido, eles são verdadeiras aberturas, que contribuem para a reinvenção constante da cidade a partir da territorialidade de diferentes atores sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ Fraga denuncia tromba de esgoto no Parque de Pituacu. **Câmara Municipal de Salvador**, Salvador, 09, fevereiro, 2022. Disponível em: <<https://www.cms.ba.gov.br/noticias/09-02-2022-andre-fraga-denuncia-tromba-de-esgoto-no-parque-de-pituacu>>. Acesso jun 2022.

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Parques Urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CICLISTAS e moradores protestam em Pituacu e pedem reabertura do parque metropolitano: ‘Estamos todos prejudicados’. **G1 BA**, Salvador, 03, outubro, 2021. Disponível: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/03/ciclistas-e-moradores-protestam-em-pituacu-pedindo-reabertura-do-parque-metropolitano-estamos-todos-prejudicados.ghtml>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Maria Cecília; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260 - 1266, out. 2011.

DE PAULA, Luiz T. **Fenomenologia dos espaços públicos**: entre a segurança e as incertezas da vida urbana. 2016. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira.

FERNANDES, Luciane A.; GOMES, José. M. M. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **Contexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.

GOULD, Kenneth A.; LEWIS, Tammy L. **Green gentrification**. Urban sustainability and

- the struggle for environmental justice. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017.
- HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.
- HENRIQUE, Wendel. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e região metropolitana. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 63-80, jan./abr. 2011.
- HOGAN, Daniel. A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 17-23, 1995.
- IPEA. **Região Metropolitana de Salvador**. Atlas Brasil. Salvador, 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARANDOLA JR., Eduardo. As escalas da vulnerabilidade e as cidades: interações trans e multiescalares entre variabilidade e mudança climática. In: OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo (Org.). **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. São Paulo: Blucher, 2013. p. 91-113.
- PARQUE Pedra de Xangô é inaugurado em Salvador. **Bahia Municípios**. Salvador, 04, maio, 2022. Disponível em: <<https://bahiamunicipios.com.br/parque-pedra-de-xango-e-inaugurado-em-salvador/>>. Acesso jul 2022.
- RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio C. Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo. **Geograficidade**, v. 9, p. 104-118, 2019.
- ROCHA, Bruna. Frequentadores apontam cuidados desiguais em áreas do Parque da Cidade. **Agência mural**. 12, novembro, 2021. Disponível em: <<https://www.agenciamural.org.br/cuidados-desiguais-com-parque-da-cidade/>>. Acesso jul 2022.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Lei nº 9.069/2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso 2021.
- SANTOS, Gil. **Parque Pedra de Xangô é inaugurado em Salvador**. Correio*, Salvador, 04, maio, 2022. Disponível: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/parque-pedra-de-xango-e-inaugurado-em-salvador/>>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 15, p. 21-37, 2004.
- SERPA, Angelo. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Cidades**, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.
- SERPA, Angelo. Gestão Territorial do Sistema de Parques Públicos em Salvador, Bahia: Contradições e Paradoxos. **RA’ EGA**, v. 12, p. 9-19, 2006.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERPA, Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Revista Cidades**, v. 10, p. 61-75, 2013.
- SILVA, Janaína B.; PASQUALETTO, Antônio. O Caminho dos Parques Urbanos Brasileiros: dá origem ao século XXI. **Estudos**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 287-298, jun./ago. 2013.
- TEIXEIRA, Rafaela S. **Parques urbanos de Salvador (BA): abordagens multidisciplinares e contribuições para o planejamento territorial**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Territoriais) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador.